



CPA

Certificado Profissional ANBIMA

Programa Detalhado

Data da elaboração: 02/09/2024

Data da revisão: -

Vigência a partir de: 01/01/2026

Elaborado por: Educação ANBIMA

Aprovado por: Gerência de Educação



Programa **Detalhado**





Transforme seu sonho em realidade. O mercado financeiro é um universo de oportunidades para quem busca construir uma carreira de sucesso e alcançar seus objetivos financeiros e profissionais.

Conheça a CPA

A **CPA** será a certificação de entrada obrigatória para que você possa iniciar sua carreira no mercado de investimentos. Ela é indicada para profissionais que estão na base de conhecimentos sobre produtos financeiros.

Quem tiver a **CPA** poderá exercer atividades com perfil comercial, fazendo os primeiros contatos com o cliente, seja na etapa de prospecção ou no suporte. Você poderá fornecer informações primárias sobre os produtos e serviços da instituição em que trabalha e, caso necessário, direcionar o cliente para profissionais especializados em investimentos.

Depois de adquirir a CPA, caso queira avançar em mais um degrau da sua carreira, pode partir para as duas outras certificações de distribuição: a **C-Pro R e/ou C-Pro I**.

Sumário

1. ESTRUTURA E DINÂMICA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	5
2. PRODUTOS DO MERCADO FINANCEIRO	11
3. RELACIONAMENTO COM O CLIENTE – PROSPECÇÃO, ATENDIMENTO E SUPORTE.....	19
4. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MERCADO	25

1. Estrutura e dinâmica do sistema financeiro nacional

1.1. Sistema Financeiro Nacional.

1.1.1. Órgãos normativos.

1.1.1.1. Características, funções e objetivos.

1.1.1.1.1. Conselho Monetário Nacional (CMN).

1.1.1.1.2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

1.1.1.1.3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

1.1.2. Supervisão.

1.1.2.1. Características, funções e objetivos.

1.1.2.1.1. Banco Central (BC).

1.1.2.1.2. Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1.1.2.1.3. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.1.2.1.4. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (SNPC).

1.1.3. Operadores e participantes do sistema.

1.1.3.1. Características, funções e objetivos.

1.1.3.1.1. Bancos e Caixas Econômicas.

1.1.3.1.2. Cooperativas de crédito e banco cooperativo.

1.1.3.1.3. Instituições de pagamento.

1.1.3.1.4. Administradoras de consórcios.

1.1.3.1.5. Corretoras e distribuidoras.

1.1.3.1.6. *Fintechs*.

1.1.3.1.7. Sociedades de crédito, financiamento e investimento.

1.1.3.1.8. Companhias hipotecárias.

1.1.3.1.9. Agências de fomento.

1.1.3.1.10. Sociedades de crédito à pessoa microempreendedora e à empresa de pequeno porte.

1.1.3.1.11. Associação de Poupança e Empréstimo (APE).

1.1.3.1.12. Sociedade de Arrendamento Mercantil (SAM).

1.1.3.1.13. Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI).

- 1.1.3.1.14. B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão.
- 1.1.3.1.15. Seguradoras e resseguradoras.
- 1.1.3.1.16. Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC).
- 1.1.3.1.17. Sociedades de capitalização.
- 1.1.3.1.18. Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) (Fundos de Pensão).
- 1.1.3.1.19. Corretoras de seguros.
- 1.1.4. Autorreguladores e demais participantes do mercado.
 - 1.1.4.1. Anbima.
 - 1.1.4.2. Apimec, Planejar e Ancord.
 - 1.1.4.3. Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCCoop).
- 1.1.5. Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP).
- 1.1.6. Agentes de negociação, liquidação e custódia (*Clearings Houses*).
 - 1.1.6.1. Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).
 - 1.1.6.2. Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).
 - 1.1.6.3. Câmara de ações B3.
- 1.2. Política Econômica.
 - 1.2.1. Fluxo circular da renda.
 - 1.2.1.1. Principais componentes do fluxo circular de renda (famílias, empresas, mercado e governo) e os impactos de suas decisões/ações sobre a economia.
 - 1.2.2. Mercado financeiro e suas subdivisões.
 - 1.2.2.1. Mercado monetário.
 - 1.2.2.2. Mercado cambial.
 - 1.2.2.3. Mercado de crédito.
 - 1.2.2.4. Mercado de capitais.
 - 1.2.3. Política fiscal.
 - 1.2.3.1. Conceito e objetivos.
 - 1.2.3.2. Modelos e funções da política fiscal
 - 1.2.3.3. Relações entre política fiscal, dívida pública, inflação, taxa de juros e investimentos.

- 1.2.3.4. Financiamento do Governo – Lei de Responsabilidade Fiscal e Teto de Gasto Público.
- 1.2.4. Política monetária.
 - 1.2.4.1. Política monetária expansionista e contracionista.
 - 1.2.4.2. Instrumentos de política monetária: *open market*, redesconto e depósito compulsório.
 - 1.2.4.3. Principais canais de transmissão.
 - 1.2.4.4. Influência dos instrumentos e decisões de política monetária nas taxas de juros de curto e longo prazo, nos preços dos ativos financeiros, na inflação e na atividade econômica.
 - 1.2.4.5. Copom – Atribuições, relação com a Política Monetária e o impacto de suas decisões na atividade econômica e no mercado financeiro.
 - 1.2.4.6. Regime de metas para a inflação e expectativas inflacionárias.
 - 1.2.4.7. A relação entre a meta Selic, a taxa Selic, a taxa do CDI e suas definições.
- 1.2.5. Política cambial.
 - 1.2.5.1. Definição e objetivos da política cambial.
 - 1.2.5.2. Conceito de regimes de taxas de câmbio, cupom cambial e reservas internacionais.
 - 1.2.5.3. Relação entre cupom cambial e investimentos.
 - 1.2.5.4. *Swap* cambial.
 - 1.2.5.5. Taxa de câmbio nominal e real, taxa PTAX, câmbio turismo e câmbio comercial.
- 1.2.6. Principais indicadores econômicos e de mercado.
 - 1.2.6.1. Definição de PIB e seus principais componentes.
 - 1.2.6.2. Definições e aplicações de IPCA, IGP-M, IPA e IPC-Fipe e como se relacionam.
 - 1.2.6.3. Taxa de desemprego e seu impacto na economia.
 - 1.2.6.4. Taxa básica de juros (Selic), Taxa DI e Taxa Referencial (TR).
- 1.3. Operações do Mercado Financeiro.
 - 1.3.1. Taxa de juros nominal e taxa de juros real: como se relacionam e conceito de indexador.

- 1.3.2. Capitalização simples versus capitalização composta: conceito, desconto, equivalência e proporcionalidade.
- 1.3.3. Principais diferenças do efeito dos juros versus tempo de alocação dos ativos.
 - 1.3.3.1. Pagamento de amortização e juros dos ativos de Crédito Privado.
 - 1.3.3.2. Regime de Capitalização em Empréstimos e Mútuo.
 - 1.3.3.2.1. Fluxo de pagamentos: relações e conceitos.
 - 1.3.3.2.2. Fluxo de caixa: cupom, amortizações e valores.
 - 1.3.3.2.3. Valor Presente, Valor Futuro e Valor Presente Líquido (VPL).
 - 1.3.3.3. Taxa de desconto.
 - 1.3.3.4. Taxa bruta versus taxa líquida de impostos.
 - 1.3.3.5. Amortização.
 - 1.3.3.5.1. Prazo médio e vencimento.
 - 1.3.3.5.2. Taxa Interna de Retorno (TIR).
 - 1.3.3.5.3. Conceito de custo de oportunidade.
 - 1.3.3.5.4. Conceito de taxa livre de risco.
 - 1.3.3.5.5. Conceito de Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC).
 - 1.3.3.5.6. *Duration* versus prazo.
 - 1.3.3.5.6.1. Alavancagem financeira, custos de captações (dívidas e/ou capital).
 - 1.3.3.6. Retorno histórico e retorno esperado.
 - 1.3.3.6.1. De um ativo.
 - 1.3.3.6.2. De uma carteira.
- 1.3.4. Taxas de juros.
 - 1.3.4.1. Nominal, efetiva e real (Fórmula de Fisher).
 - 1.3.4.2. Taxas prefixada e pós-fixada.
 - 1.3.4.3. Juros simples e compostos.
- 1.3.5. Taxa de desconto comercial.
- 1.3.6. Prazo de retorno (*Payback*).
- 1.3.7. Sistemas de amortização (*SAC* e *Price*).
- 1.3.8. Aplicabilidade do desconto bancário na antecipação de recebíveis bancários ou de direitos creditórios.
 - 1.3.8.1. Desconto bancário simples.

1.4. Regulação e infraestrutura de mercado.

1.4.1. Principais Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMFs) e função de *gatekeepers*.

1.4.1.1. Sistemas de Pagamentos: conceitos, atribuições e exemplos.

1.4.1.1.1. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

1.4.1.1.2. Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI).

1.4.1.2. Sistema de Liquidação de Títulos: conceitos, atribuições e exemplos.

1.4.1.2.1. Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

1.4.1.3. Contrapartes Centrais: conceitos, atribuições e exemplos.

1.4.1.4. Depositários Centrais: conceitos, atribuições e exemplos.

1.4.1.5. Entidade Registradora: conceitos, atribuições e exemplos.

1.4.2. Normas e procedimentos adotados pelo Bacen para manter a estabilidade financeira do Brasil.

1.4.2.1. Comitê de Estabilização Financeira (Comef), Depósito Compulsório, Linhas Financeiras de Liquidez (LLI e LLT).

1.4.3. Ferramentas utilizadas pelo Bacen para Intermediação Financeira e suas características.

1.4.3.1. Definição de Risco sistêmico.

1.4.3.2. Índice de Basileia I, II e III e os principais riscos (liquidez e alavancagem) que as normas e regras buscam evitar para a economia real.

1.4.4. *Clearings Houses* e suas principais funções no mercado financeiro.

1.4.5. Impactos do risco da contraparte.

1.4.6. B3, Selic e suas responsabilidades.

1.4.7. Portabilidades de Custódia entre Instituições.

1.4.8. Desintermediação financeira.

1.4.9. BSM (Supervisão de mercados).

1.4.10. Classificação de pessoas investidoras.

1.4.10.1. Pessoas investidoras qualificadas, profissionais e não-residentes.

1.4.10.1.1. Definições.

1.4.10.1.2. Definição do tipo de pessoa investidora e regras de enquadramento, segundo a Instrução CVM nº 554.

1.4.11. Lei de Liberdade Econômica (lei 13.874/19) – Garantia de Livre Mercado.

1.4.12. Autorregulação ANBIMA.

1.4.12.1. Código de Distribuição de Produtos de Investimento.

1.4.12.1.1. Objetivo e Abrangência (Título I, Capítulo I).

1.4.12.1.2. Princípios Gerais de Conduta (Título II, Capítulo III).

1.4.12.1.3. Regras gerais de Distribuição de Produtos de Investimento (Título III, Capítulo IV).

1.4.12.1.3.1. Conheça sua clientela (Capítulo V).

1.4.12.1.3.2. *Suitability* (Capítulo VI).

1.4.12.1.3.3. Publicidade (Capítulo VII).

1.4.12.1.3.4. Transparência na remuneração do canal de distribuição (Capítulo VIII).

1.4.12.1.3.5. Serviços de intermediação no exterior (Capítulo X).

1.4.12.1.3.6. Transferência de Produtos de Investimento (Capítulo XI).

1.4.12.1.3.7. Apuração de valores de referência (Capítulo XII).

1.4.12.1.3.8. Distribuição para o *private* (Título IV, Capítulo XIV).

2. Produtos do mercado financeiro

2.1. Produtos de investimentos.

2.1.1. Instrumentos de Renda Variável e Renda Fixa.

2.1.1.1. Renda Fixa.

2.1.1.1.1. Títulos Públicos Federais.

2.1.1.1.1.1. NTN-B e NTN-B Principal.

2.1.1.1.1.2. LFT.

2.1.1.1.1.3. LTN.

2.1.1.1.1.4. Plataforma do Tesouro Direto,

2.1.1.1.2. Tesouro Prefixado, Tesouro Selic, Tesouro IPCA+, Tesouro Educa+, Tesouro Renda+.

2.1.1.1.3. Títulos Bancários.

2.1.1.1.3.1. Certificado de Depósito Bancário (CDB).

2.1.1.1.3.2. Recibo de Depósito Bancário (RDB) e Recibo de Depósito Cooperativo (RDC).

2.1.1.1.3.3. Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

2.1.1.1.3.4. Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

2.1.1.1.3.5. Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD).

2.1.1.1.3.6. Operações compromissadas.

2.1.1.1.3.7. Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE).

2.1.1.1.3.8. Letra Financeira (LF).

2.1.1.1.3.9. Letra Imobiliária Garantida (LIG).

2.1.1.1.3.10. Letra Hipotecária (LH).

2.1.1.1.4. Títulos Privados não-bancários.

2.1.1.1.5. Títulos Corporativos.

2.1.1.1.6. Títulos Temáticos/ESG

2.1.1.1.7. Fundo Garantidor de Crédito (FGC) – Cálculo da cobertura em diferentes Instituições.

2.1.1.1.8. Debêntures.

2.1.1.1.8.1. Debênture de Infraestrutura.

- 2.1.1.1.8.2. Debêntures Conversíveis e Permutáveis
- 2.1.1.1.9. Certificado Recebível Imobiliário (CRI).
- 2.1.1.1.10. Certificado Recebível do Agronegócio (CRA).
- 2.1.1.1.11. Nota Promissória (NP) ou Nota Comercial (NC).
 - 2.1.1.1.11.1. Objeto.
 - 2.1.1.1.11.2. Destinação dos recursos.
 - 2.1.1.1.11.3. Distinção entre Nota Promissória e Nota Comercial.
- 2.1.1.1.12. Cédula de Crédito Imobiliário (CCI).
- 2.1.1.1.13. Cédula do Produtor Rural (CPR).
- 2.1.1.1.14. Certificado de Diretos Creditórios do Agronegócio (CDCA).
- 2.1.1.1.15. *Rating*.
- 2.1.1.1.16. Poupança.
 - 2.1.1.1.16.1. Importância da poupança no SFH e garantias.
 - 2.1.1.1.16.2. Custos e tributação.
 - 2.1.1.1.16.3. Rentabilidade e riscos.
 - 2.1.1.1.16.4. Data de aniversário: conceito e prática.
- 2.1.1.1.17. TR.
- 2.1.1.1.18. TLP.
- 2.1.1.1.19. Tributação de aplicações de renda fixa.
- 2.1.1.1.20. Imposto sobre a renda.
- 2.1.1.1.21. Imposto sobre operações financeiras (IOF).
- 2.1.1.2. Instrumentos de Renda Variável.
 - 2.1.1.2.1. Renda Variável – Definição.
 - 2.1.1.2.2. Ações.
 - 2.1.1.2.2.1. Definições e contexto.
 - 2.1.1.2.2.1.1. Empresa limitada e empresa S/A.
 - 2.1.1.2.2.1.2. S/A aberta versus S/A fechada.
 - 2.1.1.2.2.1.3. Empresa listada e não listada.
 - 2.1.1.2.2.1.4. Classes: ordinárias, preferenciais, *units*, BDR's e bônus de subscrição.
 - 2.1.1.2.2.1.5. Capital próprio e de terceiros.
 - 2.1.1.2.2.1.6. IPO e OPA.

- 2.1.1.2.2.1.7. *Follow On*.
- 2.1.1.2.2.1.8. Mercado primário versus secundário.
- 2.1.1.2.2.2. Eventos corporativos.
 - 2.1.1.2.2.2.1. Assembleia Geral Extraordinária (AGE).
 - 2.1.1.2.2.2.2. Assembleia Geral Ordinária (AGO).
 - 2.1.1.2.2.2.3. Dividendos.
 - 2.1.1.2.2.2.4. Juros sobre Capital Próprio (JCP).
 - 2.1.1.2.2.2.5. Restituição de capital.
 - 2.1.1.2.2.2.6. Grupamentos e desdobramentos.
 - 2.1.1.2.2.2.7. Bonificação.
 - 2.1.1.2.2.2.8. Subscrição.
- 2.1.1.2.2.3. Índices de Mercado: Ibovespa (Índice Bovespa), IBR×100 (Índice Brasil 100) e IBR×50 (Índice Brasil 50).
- 2.1.1.2.3. Governança Corporativa.
 - 2.1.1.2.3.1. Níveis de governança para as empresas.
 - 2.1.1.2.3.1.1. Segmentos de listagem.
 - 2.1.1.2.3.1.2. Conselho de administração.
 - 2.1.1.2.3.1.3. *Tag Along, Drag Along, Freefloat*.
- 2.1.1.3. Tributação de aplicações de renda variável
 - 2.1.1.3.1. Alíquotas.
 - 2.1.1.3.2. Isenções.
 - 2.1.1.3.3. Compensação de Perdas.
 - 2.1.1.3.4. Imposto sobre operações financeiras (IOF).
- 2.1.1.4. Certificado de Operações Estruturadas (COE)
 - 2.1.1.4.1. Principais regras e conhecimento da estrutura via derivativos.
 - 2.1.1.4.2. Diferentes níveis de risco e garantias de rentabilidade (capital protegido ou capital em risco).
 - 2.1.1.4.3. Tributação.
- 2.1.2. Introdução aos Fundos de Investimento.
 - 2.1.2.1. Características, estratégias, composição de carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos.

- 2.1.2.2. Resolução CVM nº 175, parte geral.
 - 2.1.2.2.1. Características, constituição e comunicação.
 - 2.1.2.2.2. Definição de Fundos de Investimento.
 - 2.1.2.2.3. Conceito de condomínio, constituição e registro na CVM.
 - 2.1.2.2.4. Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses.
 - 2.1.2.2.5. Segregação patrimonial.
 - 2.1.2.2.6. Cotas.
 - 2.1.2.2.7. Classes abertas e fechadas.
 - 2.1.2.2.8. Emissão.
 - 2.1.2.2.9. Subscrição e integralização.
 - 2.1.2.2.10. Resgate e amortização.
 - 2.1.2.2.11. Distribuição.
 - 2.1.2.2.12. Investimento por conta e ordem.
 - 2.1.2.2.13. Participação política da pessoa investidora por conta e ordem.
 - 2.1.2.2.14. Divulgação de informações.
 - 2.1.2.2.15. Envio de comunicações para cotistas.
 - 2.1.2.2.16. Divulgação de Informações e resultados.
 - 2.1.2.2.17. Divulgação de cota e rentabilidade.
 - 2.1.2.2.18. Assembleia de cotistas.
 - 2.1.2.2.18.1. Assembleias gerais de cotistas.
 - 2.1.2.2.18.2. Assembleias especiais de cotistas.
 - 2.1.2.2.19. Prestação de serviços.
 - 2.1.2.2.19.1. Serviços essenciais.
 - 2.1.2.2.19.2. Funções da administração.
 - 2.1.2.2.19.3. Funções da gestão.
 - 2.1.2.2.19.4. Negociação de ativos em mercados organizados.
 - 2.1.2.2.20. Remuneração.
 - 2.1.2.2.20.1. Taxa de administração.
 - 2.1.2.2.20.2. Taxa de ingresso.
 - 2.1.2.2.20.3. Taxa de saída.
 - 2.1.2.2.20.4. Taxa máxima de distribuição.

- 2.1.2.2.20.5. Acordos de remuneração.
- 2.1.2.2.21. Vedações.
- 2.1.2.2.22. Obrigações.
- 2.1.2.2.23. Normas de conduta.
- 2.1.2.2.24. Encargos.
- 2.1.2.2.25. Patrimônio Líquido Negativo com limitação de responsabilidade.
 - 2.1.2.2.25.1. Responsabilidade limitada de cotistas.
 - 2.1.2.2.25.2. Responsabilidade ilimitada de cotistas.
 - 2.1.2.2.25.3. Patrimônio líquido negativo.
 - 2.1.2.2.25.4. Insolvência da classe de cotas.
- 2.1.2.3. Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Resolução CVM nº 175/22,
Anexo I.
 - 2.1.2.3.1. Prestação de serviços.
 - 2.1.2.3.2. Obrigações da pessoa administradora, gestora e custodiante.
 - 2.1.2.3.3. Disposições gerais.
 - 2.1.2.3.3.1. Vedações.
 - 2.1.2.3.4. Distribuição e subscrição.
 - 2.1.2.3.5. Carteira.
 - 2.1.2.3.5.1. Ativos financeiros no Brasil.
 - 2.1.2.3.5.2. Ativos financeiros no exterior.
 - 2.1.2.3.5.3. Limites para cada emissor.
 - 2.1.2.3.5.4. Limites por modalidade de ativo financeiro.
 - 2.1.2.3.5.5. Deveres quanto aos limites de concentração.
 - 2.1.2.3.6. Tipificação.
 - 2.1.2.3.6.1. Fundos de Renda Fixa.
 - 2.1.2.3.6.2. Fundo de ações.
 - 2.1.2.3.6.3. Fundos cambiais.
 - 2.1.2.3.6.4. Fundos Multimercados.
 - 2.1.2.3.6.5. Fundos Incentivados em Infraestrutura (FI-Infra).
 - 2.1.2.3.6.6. Fundos destinados à Garantia de Locação Imobiliária.
 - 2.1.2.3.6.7. Concentração em Crédito Privado.

- 2.1.2.3.7. Investimento em cotas de outros Fundos de Investimento Financeiro.
- 2.1.2.3.8. Exposição ao Risco de Capital.
- 2.1.2.3.9. Classes restritas.
- 2.1.2.3.10. Encargos.
- 2.1.3. Tributação em Fundos de Investimento.
 - 2.1.3.1. Alterações na tributação em fundos de investimento.
 - 2.1.3.2. Alterações e manutenções.
 - 2.1.3.3. Aplicação das normas tributárias.
 - 2.1.3.4. Impostos incidentes sobre rendimentos.
 - 2.1.3.4.1. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
 - 2.1.3.4.2. Imposto de renda (IR).
- 2.1.4. Fundos Imobiliários (FIIs).
 - 2.1.4.1. Ambiente de Negociação e Regime de Cotas.
 - 2.1.4.2. Risco de Liquidez, crédito, vacância e composição de ativos.
 - 2.1.4.3. Dinâmica de Dividendos e suas Regras.
 - 2.1.4.4. Taxas, Administração e Subscrição.
 - 2.1.4.5. Fundos de Tijolos, Fundos de Papel e Híbridos, principais diferenças.
 - 2.1.4.6. Tributação e custos.
- 2.2. Produtos de Previdência Complementar (PGBL E VGBL).
 - 2.2.1. Modalidades de planos – PGBL e VGBL.
 - 2.2.1.1. PGBL – Definição, público-alvo, principais características e utilizações.
 - 2.2.1.2. VGBL – Definição, público-alvo, principais características e utilizações.
 - 2.2.2. Regimes de tributação – Progressivo e regressivo.
 - 2.2.2.1. Regime progressivo, tributável ou compensável – Base de cálculo, alíquotas, aplicação prática da tabela, público-alvo.
 - 2.2.2.2. Regime regressivo, definitivo ou exclusivo – Base de cálculo, alíquotas, aplicação prática da tabela, público-alvo.
 - 2.2.3. Conceitos técnicos ligados a previdência complementar.
 - 2.2.3.1. Fases do produto – Contribuição e benefícios.
 - 2.2.3.2. Taxa de carregamento – Conceito, tipos (entrada e saída) e forma de cobrança.

- 2.2.3.3. Portabilidade externa e interna – regras e carências.
- 2.2.3.4. Transformação da Reserva em Renda.
 - 2.2.3.4.1. Renda Mensal Vitalícia (RMV).
 - 2.2.3.4.2. Renda Mensal Vitalícia com prazo mínimo garantido.
 - 2.2.3.4.3. Renda Mensal Vitalícia com reversão a beneficiário indicado.
 - 2.2.3.4.4. Renda Mensal Vitalícia reversível para cônjuges com continuidade aos menores.
 - 2.2.3.4.5. Renda Mensal Temporária.
 - 2.2.3.4.6. Renda Mensal por Prazo Certo.
 - 2.2.3.4.7. Pagamento Único.
- 2.3. Produtos de Financiamento.
 - 2.3.1. Princípios para disponibilização de crédito.
 - 2.3.1.1. *Rating* de crédito, *score* Serasa, comprovação de renda.
 - 2.3.1.2. Diferenças entre empréstimo, financiamento e *leasing*.
 - 2.3.1.3. Utilização do SCR.
 - 2.3.2. Cartão de crédito.
 - 2.3.2.1. Limites, incidência de juros, regras de pagamento parcial e refinanciamento.
 - 2.3.2.2. Cálculos da taxa de refinanciamento de faturas.
 - 2.3.3. Cheque especial.
 - 2.3.3.1. Data de vencimento, cálculos dos valores de juros e IOF.
 - 2.3.4. Crédito consignado.
 - 2.3.4.1. Margem de Financiamento e Desconto.
 - 2.3.4.2. Principais Vantagens – Juros e Prazo.
 - 2.3.5. Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
 - 2.3.5.1. Utilização de bens como garantia.
 - 2.3.5.2. Prazos maiores e destinação dos recursos.
 - 2.3.6. Crédito Imobiliário.
 - 2.3.7. Capital de giro.
 - 2.3.8. Consórcio.
- 2.4. Serviços bancários.
 - 2.4.1. Conta corrente.

- 2.4.1.1. Recebimento de salários.
- 2.4.1.2. Depósitos à vista.
 - 2.4.1.2.1. Garantias para depósitos à vista.
 - 2.4.1.2.2. Depósito compulsório.
- 2.4.1.3. Boletim bancário.
- 2.4.1.4. Serviços digitais.
- 2.4.1.5. Pagamento Instantâneo Brasileiro (PIX).
 - 2.4.1.5.1. Definição e objetivos.
 - 2.4.1.5.2. Funcionamento (processo de transferência/Chaves PIX/Custos e tarifas/ liquidação).
 - 2.4.1.5.3. Aplicações (transferências e pagamentos).
 - 2.4.1.5.4. Pix na Pessoa Jurídica (pagamentos e recebimentos).
- 2.4.1.6. Tarifas.
 - 2.4.1.6.1. Critérios para cobrança de tarifa e direitos a gratuidade.
- 2.4.1.7. Atendimento bancário.
 - 2.4.1.7.1. Horários de atendimento, regra para filas, atendimento presencial e dias de não atendimento ao público.
- 2.4.2. Conta poupança.
 - 2.4.2.1. Tipo de remuneração, data de aniversário.
 - 2.4.2.2. Tarifas e movimentação.
- 2.4.3. Conta internacional.
 - 2.4.3.1. Principais facilidades e inovações.
 - 2.4.3.2. Cobrança de IOF com diferentes alíquotas.
 - 2.4.3.3. Investimento internacional – Implicações no Imposto Renda no Brasil.
- 2.4.4. Compra e venda de moeda estrangeira.
 - 2.4.4.1. Regras para pessoa correspondente bancária.
 - 2.4.4.2. Regras para compra e venda de moeda em instituições financeiras.
 - 2.4.4.3. Definição e regras para recompra de moeda estrangeira.

3. Relacionamento com o cliente – Prospecção, atendimento e suporte

3.1. Finanças pessoais.

3.1.1. Faixa etária versus exposição ao risco versus produtos orientados ao perfil da pessoa investidora.

3.1.2. Ciclo de vida da pessoa investidora.

3.1.2.1. Acumulação de capital.

3.1.2.2. Crescimento patrimonial.

3.1.2.3. Preservação de capital.

3.1.2.4. Distribuição de renda.

3.1.3. Orçamento e fluxo de caixa pessoal (ou familiar).

3.1.3.1. Educação financeira básica.

3.1.3.2. Receitas e despesas pessoais (ou familiares) – Definição da capacidade de poupança.

3.1.3.3. Gestão de dívidas e crédito.

3.1.3.3.1. Avaliação da melhor dívida em função da necessidade atual do cliente.

3.1.3.3.2. Empréstimo e financiamento.

3.1.3.3.3. Modalidades de Operações de Crédito, Crédito de Direto ao Consumidor, Crédito Pessoal e Consignado.

3.1.3.3.4. Garantias.

3.1.3.3.5. Controle de gastos e orçamento.

3.1.3.3.6. Crédito pessoal e Crédito de Direto ao Consumidor (CDC).

3.1.3.3.7. Financiamento imobiliário e de veículos.

3.1.3.3.8. Cartão de crédito e gerenciamento de dívidas.

3.1.3.3.9. Empréstimo com garantia e crédito rotativo.

3.1.3.3.10. Cheque especial e financiamento estudantil.

3.1.3.3.11. Microcrédito e crédito rural.

3.1.3.3.12. Crédito para reforma e construção.

3.1.3.3.13. Crédito para energia sustentável.

3.1.3.3.14. Consignados.

- 3.1.3.4. Reserva de emergência.
 - 3.1.3.4.1. Montante necessário.
 - 3.1.3.4.2. Ativos de alta liquidez.
- 3.1.4. Balanço Patrimonial Pessoal (ou familiar).
 - 3.1.4.1. Indicadores: liquidez, cobertura de despesas mensais e endividamento.
 - 3.1.4.2. Ativos de uso e não uso.
 - 3.1.4.3. Patrimônio Líquido Pessoal.
- 3.1.5. Planejamento familiar/pessoal.
 - 3.1.5.1. Etapas do processo do planejamento financeiro pessoal (Objetivos financeiros da clientela, avaliação da situação financeira atual, desenvolvimento do plano de ação, implementação do plano, monitoramento e revisão regular).
 - 3.1.5.2. Definição do momento de vida e financeiro da clientela.
 - 3.1.5.3. Estabelecimento de metas financeiras.
 - 3.1.5.4. Planejamento de investimentos.
 - 3.1.5.5. Planejamento de fundo educacional para descendentes.
 - 3.1.5.6. Planejamento para aposentadoria (cálculo para independência financeira).
- 3.1.6. Tributação – conceitos básicos sobre tributação de pessoas físicas.
 - 3.1.6.1. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física – conhecimento básico sobre o que deve ser declarado.
 - 3.1.6.2. Classificação de rendimentos – visão básica para compreensão dos impactos dos rendimentos dos investimentos na Declaração.
 - 3.1.6.3. Modelo completo x Desconto simplificado – visão básica para compreensão das diferenças entre os modelos.
- 3.2. Orientações financeiras para o cliente.
 - 3.2.1. Tipos de investimento versus tolerância a risco e horizonte de investimento.
 - 3.2.2. Gestão financeira.
 - 3.2.2.1. Financiamento de emergências – Estratégias e produtos.
 - 3.2.2.2. Utilização de crédito e gestão de dívidas.
 - 3.2.3. Gestão de investimentos.
 - 3.2.4. Gestão de risco e seguros.

- 3.3. Classificação das pessoas investidoras.
 - 3.3.1. Perfis da pessoa investidora.
 - 3.3.2. Adequação de produtos financeiros.
 - 3.3.3. Avaliação de risco e retorno.
 - 3.3.4. Diversificação de carteira.
 - 3.3.5. Pessoa investidora profissional e qualificada.
- 3.4. Seguro de Vida e Patrimoniais.
 - 3.4.1. Identificação das soluções para cada fase da vida.
 - 3.4.2. Seguros de Vida.
 - 3.4.2.1. Vida Inteira.
 - 3.4.2.2. Vida temporário.
 - 3.4.2.3. Tradicional.
 - 3.4.3. Seguros patrimoniais.
 - 3.4.3.1. Automóveis.
 - 3.4.3.2. Residencial.
 - 3.4.3.3. Prestamista.
- 3.5. Regras e condutas aplicáveis para atuação profissional e no relacionamento com o cliente.
 - 3.5.1. Código de conduta ética para pessoas candidatas e profissionais com certificação Anbima.
 - 3.5.1.1. Os nove princípios éticos.
 - 3.5.1.2. Regras gerais de conduta para pessoas candidatas.
 - 3.5.1.3. Regras gerais de conduta para profissionais com certificação.
 - 3.5.1.4. Deveres profissionais.
 - 3.5.2. *Suitability* e código de distribuição da Anbima.
 - 3.5.2.1. Objetivos do código Anbima.
 - 3.5.2.2. Documentação e registro de Informações da clientela.
 - 3.5.2.3. Ferramentas e metodologias de avaliação de *suitability*.
 - 3.5.2.4. Adequação dos produtos ao perfil da clientela.
 - 3.5.2.5. Adequação dos produtos ao objetivo da clientela.
 - 3.5.2.6. Monitoramento contínuo da *suitability*.
 - 3.5.2.7. Comunicação clara e transparente com a clientela.

- 3.5.2.8. Gestão de conflitos de interesses.
- 3.5.3. Ética profissional e atendimento ao cliente.
 - 3.5.3.1. Identificação do perfil do cliente (conheça seu cliente).
 - 3.5.3.2. Técnicas de atendimento.
 - 3.5.3.2.1. Escuta ativa.
 - 3.5.3.2.2. Personalização do atendimento.
 - 3.5.3.2.3. Solução proativa de problemas.
 - 3.5.3.2.4. Educação continuada e conhecimento dos produtos e serviços.
 - 3.5.3.2.5. Gerenciamento de expectativas.
 - 3.5.3.3. Ética e responsabilidade no atendimento.
 - 3.5.3.4. Conflitos de interesses.
 - 3.5.3.4.1. Relações pessoais e familiares.
 - 3.5.3.4.2. Benefícios e incentivos.
 - 3.5.3.4.3. Medidas de gestão de conflitos de interesse.
 - 3.5.3.4.3.1. Políticas e procedimentos claros.
 - 3.5.3.4.3.1.1. Treinamento e educação.
 - 3.5.3.4.3.1.2. Divulgação obrigatória.
 - 3.5.3.4.3.1.3. Segregação de funções.
 - 3.5.3.4.3.1.4. Revisão e monitoramento contínuos.
 - 3.5.3.4.3.1.5. Comitês de ética e *compliance*.
 - 3.5.3.4.3.1.6. Proibição de atividades específicas.
 - 3.5.3.4.3.1.7. Relatórios de transparência.
- 3.5.4. Riscos associados à atividade profissional.
 - 3.5.4.1. Riscos operacionais.
 - 3.5.4.2. Riscos regulatórios.
 - 3.5.4.3. Riscos legais.
 - 3.5.4.4. Riscos de imagem.
- 3.5.5. Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo (PLDFT) e Fraudes Eletrônicas
 - 3.5.5.1. Legislação e regulamentação aplicável – Crime e infração administrativa.

- 3.5.5.2. Responsabilidades administrativa e legal – Entidades e pessoas físicas sujeitas à lei e a regulamentação.
- 3.5.5.3. Modelo de abordagem baseada em risco.
 - 3.5.5.3.1. Avaliação interna de risco.
 - 3.5.5.3.2. Política direcionada às características e riscos relevantes da instituição.
 - 3.5.5.3.3. Controle de efetividade das políticas e procedimentos.
- 3.5.5.4. Princípio do “conheça seu cliente” – KYC.
 - 3.5.5.4.1. Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado e análise da capacidade financeira da clientela.
 - 3.5.5.4.2. O princípio “conheça seu cliente” como forma de proteção da instituição financeira e do profissional.
- 3.5.6. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
 - 3.5.6.1. Normativas – Lei nº 13.709/2018.
 - 3.5.6.2. Conceito.
 - 3.5.6.3. Aplicabilidade.
 - 3.5.6.4. Confidencialidade de dados no mundo digital e internet.
 - 3.5.6.5. Sigilo Bancário – Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.
 - 3.5.6.6. Registro de operações.
 - 3.5.6.7. Operações suspeitas.
 - 3.5.6.8. Caracterização.
 - 3.5.6.9. Obrigatoriedade de comunicação e controle – Instituições, empresas e autoridades competentes.
 - 3.5.6.10. Indisponibilidade de bens, direitos e valores em decorrência de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
 - 3.5.6.11. Princípio do “conheça sua parceria”.
- 3.5.7. Dos crimes e dos ilícitos contra o mercado de capitais.
 - 3.5.7.1. Crimes contra o mercado de capitais (Capítulo VII-B da Lei 6.385/76).
 - 3.5.7.1.1. Manipulação do mercado (art. 27-C).
 - 3.5.7.1.2. Uso indevido de informação privilegiada (art. 27-D).
 - 3.5.7.1.2.1. *Insider trading* primário.
 - 3.5.7.1.2.2. *Insider trading* secundário.

- 3.5.7.1.2.3. Repasse de informação privilegiada.
- 3.5.7.1.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função regulada (art. 27-E).
- 3.5.7.1.4. Omissão imprópria (art. 13, § 2º do Código Penal).
- 3.5.7.2. Ilícitos de mercado (Resolução CVM nº 62).
 - 3.5.7.2.1. Conceito de tipologia aberta e suas implicações para os profissionais.
 - 3.5.7.2.2. Os ilícitos de mercado.
 - 3.5.7.2.2.1. Criação de condições artificiais.
 - 3.5.7.2.2.1.1. Conceito.
 - 3.5.7.2.2.1.2. *Money Pass*.
 - 3.5.7.2.2.2. Manipulação de preços.
 - 3.5.7.2.2.2.1. Conceito.
 - 3.5.7.2.2.2.2. *Spoofing*.
 - 3.5.7.2.2.2.3. *Layering*.
 - 3.5.7.2.2.2.4. Manipulação de *benchmark*.
 - 3.5.7.2.2.3. Operações fraudulentas.
 - 3.5.7.2.2.3.1. Conceito.
 - 3.5.7.2.2.3.2. *Churning*.
 - 3.5.7.2.2.4. Práticas não equitativas.
 - 3.5.7.2.2.4.1. Conceito.
 - 3.5.7.2.2.4.2. *Insider trading*.
 - 3.5.7.2.2.4.3. *Front running*.

4. Inovação e desenvolvimento de mercado

- 4.1. ESG no mercado financeiro.
 - 4.1.1. Conceitos de ESG (*Environment, Social e Governance*).
 - 4.1.2. Aspectos ambientais.
 - 4.1.3. Aspectos sociais.
 - 4.1.4. Aspectos de governança corporativa.
- 4.2. Introdução aos investimentos ESG.
 - 4.2.1. A relação entre ESG e finanças.
 - 4.2.2. Impactos de ESG na indústria de investimentos.
 - 4.2.3. Conceitos de investimentos ESG.
 - 4.2.4. Produtos ESG
 - 4.2.5. Estratégias de Investimento ESG
 - 4.2.6. Avaliação de Investimentos ESG
 - 4.2.6.1. Desafios para a evolução dos investimentos ESG.
 - 4.2.6.2. Órgãos reguladores e autorreguladores e outros órgãos relacionados a investimento ESG.
 - 4.2.6.2.1. Anbima.
 - 4.2.6.2.1.1. A autorregulação da ANBIMA.
 - 4.2.6.2.1.2. A regulação CVM 175 - artigo 49.
 - 4.2.6.2.2. CVM.
 - 4.2.6.2.3. PRI – Princípios para Investimentos Responsáveis
- 4.3. Identificação dos fundos de investimento sustentável (IS) e fundos que integram questões ESG
- 4.4. Finanças Descentralizadas (DEFI).
 - 4.4.1. Finanças Tradicionais versus finanças Descentralizadas.
 - 4.4.2. Vantagens do DEFI.
 - 4.4.2.1. Conceito de *Blockchain*.
 - 4.4.3. *Smart contracts*.
 - 4.4.3.1. Conceito *Smart contracts*.
 - 4.4.3.2. Componentes e funcionamento dos *Smart contracts*.

- 4.4.3.3. Conceito de contratos autoexecutáveis.
- 4.4.3.4. Plataformas de *Smart contracts*.
- 4.4.3.5. Aplicações práticas de *Smart contracts*.
- 4.4.3.6. Aplicação em contratos de empréstimos.
- 4.4.3.7. *Exchanges* Descentralizadas (DEXs).
- 4.4.3.8. Seguros.
 - 4.4.3.8.1. Apólices automatizadas.
- 4.4.3.9. Imobiliário.
 - 4.4.3.9.1. Compra e venda de propriedades.
- 4.4.3.10. Governança descentralizada.
 - 4.4.3.10.1. Organizações Autônomas Descentralizadas (DAOs).
- 4.4.4. Tokenização.
 - 4.4.4.1. Conceito básico.
 - 4.4.4.2. Tipos de *tokens*.
 - 4.4.4.3. Benefícios da tokenização.
 - 4.4.4.4. Risco e desafios (Segurança, regulação e tecnologia).
 - 4.4.4.5. Tokenização de ativos financeiros, imóveis e artes.
- 4.4.5. Novas estruturas de mercado para negociações.
 - 4.4.5.1. NFT (*Non-Fungible Token*).
 - 4.4.5.2. *Stable coins*.
 - 4.4.5.3. Renda fixa digital.
 - 4.4.5.4. ETF *bitcoin*.
 - 4.4.5.5. ETF novas moedas digitais.
 - 4.4.5.6. Moeda Digital do Banco Central (CBDC) – DREX.
- 4.5. *Open banking, Open investment e Open insurance*.
 - 4.5.1. *Open finance*.
 - 4.5.1.1. Conceitos e aplicabilidade.
 - 4.5.1.1.1. *CreditScore*.
 - 4.5.1.1.2. Vantagens sob a ótica de adimplência financeira.
 - 4.5.1.1.3. Novo marco regulatório – Regulação CVM 175 e Resolução Conjunta nº 1 de 2020 entre Bacen e CMN.
 - 4.5.2. Consequências no mercado financeiro brasileiro.

4.5.3. *Open investment.*

4.5.3.1. Vantagens e desvantagens.

4.5.3.2. Consulta Pública SDM nº 02/23 da CVM – Portabilidade de Valores
Mobiliários.

4.5.4. *Open Insurance.*

4.5.4.1. Conceitos.

4.5.4.2. Vantagens e desvantagens.

4.5.4.3. Novo Marco regulatório – CVM 178.

4.6. Inteligência Artificial (IA).

4.6.1. IA Generativa.

4.6.1.1. Conceitos gerais.

4.6.1.2. Aplicabilidade.

4.6.1.3. Modelos preditivos.

4.6.2. IA Regenerativa.

4.6.2.1. Conceitos gerais.

4.6.2.2. Aplicabilidade.

4.6.2.3. Modelos preditivos.

4.6.3. Atendimento e suporte à clientela com IA.

4.6.3.1. *Chatbots.*

4.6.3.2. Assistentes virtuais.

4.7. *Fintechs* e meios de pagamento.

4.7.1. O que são as *fintechs* de hoje.

4.7.2. Sandbox regulatório (BCB e CVM)

4.7.3. Relação com o *Open Finance*.

4.7.4. Regulação.

4.7.5. Desintermediação financeira.

4.7.6. Meios de pagamento.

4.7.6.1. Conceitos.

4.7.6.2. Arranjo.

4.7.6.3. Adquirente.

4.7.6.4. Sub-adquirente.

